



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador João Paulo Saraiva

PROPOSTA n.º 527 /2016

Autorizar a escolha do procedimento por ajuste direto para aquisição de Serviços de Limpeza para edifícios, instalações e eventos do Município de Lisboa, ao abrigo do Acordo Quadro de Higiene e Limpeza celebrado pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP), bem como aprovar as peças do procedimento, designar o júri e autorizar a despesa inerente, submetendo à Assembleia Municipal a respetiva repartição de encargos e assunção de compromisso plurianual

Considerando que:

A. No âmbito do projeto do Município de Lisboa para uma "Gestão centralizada de aprovisionamento de bens móveis e serviços" e na sequência da aprovação pela Assembleia Municipal das Propostas n.º 247/2013, foi lançado o concurso público internacional n.º 31/CPI/CCM/DP/13, o qual tinha por objeto contratual a aquisição de serviços de prestação de serviços de higiene e limpeza para edifícios, instalações e eventos do Município de Lisboa, e um preço base de €11.698.500,00;

B. Na sequência do referido procedimento, foram celebrados os contratos de prestação de serviços n.ºs 13IN001282, 13IN001316, 13IN001283, 13IN001284, 13IN001285, 13IN001317, 13IN001318, 13IN001286, 13IN001287, 13IN001288, 14IN000236 e 13IN001289;

C. Os contratos 13IN001282, 13IN001286 e 13IN001288 iniciaram a sua vigência no dia 1 de dezembro 2013, os contratos 13IN001283, 13IN001285, 13IN001287 e 13IN001289 iniciaram a sua vigência no dia 1 de janeiro de 2014, os contratos 13IN001316, 13IN001317 e 13IN001318 iniciaram a sua vigência no dia 1 de março de 2014 e o contrato 14IN000236 iniciou a sua vigência no dia 2 de maio de 2014, tendo todos os contratos sido celebrados pelo prazo de 36 meses;

D. Cumpre garantir a continuidade da prestação dos serviços de higiene e limpeza nos edifícios, instalações e eventos municipais, de forma contínua, de modo a responder de forma eficiente e eficaz às necessidades dos serviços municipais, atenta a missão, os objetivos estratégicos e operacionais, estabelecidos para cada um deles;

E. A agregação num único procedimento do maior número possível de edifícios e instalações, permite, por um lado, potenciar a redução dos preços apresentados pelos concorrentes para a prestação de serviços de higiene e limpeza nos diversos edifícios e instalações municipais e, logo, da despesa global



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador João Paulo Saraiva

e, por outro lado, racionalizar os custos materiais e humanos no decurso de todo o procedimento para a formação dos contratos;

F. É, portanto, necessário assegurar a aquisição de serviços de higiene e limpeza para os edifícios e instalações municipais, em geral, bem como, a aquisição de um conjunto de serviços para assegurar a realização de eventos e ou ações que decorrem das missões das diversas unidades orgânicas, com início a 1 de dezembro de 2016 e pelo período máximo de 24 meses;

G. O Município de Lisboa, enquanto entidade aderente, pode recorrer ao Acordo Quadro AQ-HL-2015 celebrado pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP), no âmbito do lote 11 – Prestação do Serviço de Higiene e Limpeza para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, para aquisição de serviços de higiene e limpeza na Região de Lisboa e Vale do Tejo;

H. O recurso ao Acordo Quadro em apreço para aquisição de serviços de higiene e limpeza necessários para o Município de Lisboa é suscetível de configurar uma contratação mais vantajosa em termos económicos e, desde logo, com maior possibilidade de mitigação da ocorrência dos chamados preços predatórios e que têm efeitos sociais nocivos designadamente ao nível dos trabalhadores que os prestam, porquanto as entidades a convidar, para serem cocontratantes do Acordo Quadro em causa, passaram por um processo de prévia qualificação, mediante comprovação de requisitos de capacidade técnica e capacidade financeira;

I. O recurso ao procedimento por ajuste direto com convite à apresentação de propostas circunscritas ao preço a pagar pela prestação de serviços em apreço, ao abrigo do Acordo Quadro anteriormente identificado, tem fundamento na alínea b) do n.º 1 do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos;

J. A despesa prevista para assegurar a aquisição dos serviços em apreço, para o período de vinte e quatro meses, não excederá €5.589.383,00 (cinco milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, trezentos e oitenta e três euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, no montante de €1.285.558,09 (um milhão, duzentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e oito euros e nove centímetros) sendo que os encargos para o ano 2016, no valor máximo de €232.890,96 (duzentos e trinta e dois mil, oitocentos e noventa euros e noventa e seis centímetros), acrescidos de IVA, no montante de €53.564,92 (cinquenta e três mil, quinhentos e sessenta e quatro euros e noventa e dois centímetros), serão enquadrados na classificação orçamental L04.02/02.02.02 do orçamento em vigor;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador João Paulo Saraiva

K. O procedimento que se propõe tem por objeto a aquisição de serviços de higiene e limpeza para os edifícios e instalações municipais elencados nos Lotes 1 a 14, todos melhor descritos no Anexo I ao Caderno de Encargos, bem como a aquisição dessa tipologia de serviços para eventos que venham a ocorrer, no âmbito da responsabilidade do Município de Lisboa, durante o período de vigência dos futuros contratos;

L. O prazo contratual de cada um dos contratos, um por lote, é de 24 meses, com início previsto para o dia 1 de dezembro de 2016 e conclusão para o dia 30 de novembro de 2018;

M. O Caderno de Encargos define todos os aspetos da execução das prestações que constituem o objeto do(s) contrato(s) a celebrar e apenas submete à concorrência o preço a pagar pela entidade adjudicante, facto que leva a que se proponha a adoção do critério de adjudicação do mais baixo preço global da proposta para os dois anos, por cada lote, nos termos do previsto no Acordo Quadro AQ-HL-2015, celebrado pela ESPAP;

N. A Câmara Municipal é o órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea b), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

O. A Câmara Municipal é, também, o órgão competente para aprovar as peças de procedimento (convite, caderno de encargos e respetivos anexos) das aquisições de serviços cuja autorização da despesa é da sua competência, conforme o disposto nas alíneas f) e dd), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do n.º 1 e n.º 2, ambos do artigo 40.º do CCP,

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere:

1. Autorizar, conforme disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com a alínea f) e alínea dd) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a realização da despesa inerente ao contrato a celebrar no valor máximo de €5.589.383,00 (cinco milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, trezentos e oitenta e três euros), à qual acrescerá o valor de IVA à taxa legal em vigor de 23% perfazendo o valor total de €6.874.941,09 (seis milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, novecentos e quarenta e um euros e nove cêntimos);



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador João Paulo Saraiva

2. Contratar aquisição de serviços de higiene e limpeza para os edifícios, instalações e eventos municipais, pelo período de 24 meses e, com vista à formação dos necessários contratos de prestação de serviços, escolher o procedimento de ajuste direto com recurso a Acordo Quadro da ESPAP, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 259.º conjugado com os artigos 36.º e 38.º e com a alínea a) do n.º 1 e alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, todos do CCP;

3. Aprovar as peças do procedimento (Convite à apresentação de propostas, Caderno de Encargos e respetivos Anexos), ao abrigo da alínea a) do n.º 1 e n.º 2, ambos do artigo 40.º do CCP;

4. Designar os elementos que compõem o Júri, a quem compete a condução do procedimento, ao abrigo do n.º 1 do artigo 67.º do CCP, nos seguintes termos:

Membros efetivos:

Presidente – Dra. Paula Cristina Nobre Leitão, Técnico Superior da DMF/DA/CCM

1.º Vogal – Dr. Manuel Albergaria de Almeida Baptista, Técnico Superior da DMF/DA, que substitui o Presidente em todas as suas faltas e ou impedimentos;

2.º Vogal – Dra. Cristina Maria Campos Miguel, Técnica Superior da DMF/DA/DGCE

Membros suplentes:

1.º Vogal – Dra. Ana Isabel de Sá Pereira, Técnica Superior da DMF/DA/CCM

2.º Vogal – Dra. Ana Paula Barrocas Rolo, Técnica Superior da DMF/DA/DGCE

3.º Vogal – Dra. Fátima Maria Fernandes Barreto, Técnica Superior da DMF/DA/CCM

4.º Vogal – Dra. Mafalda Nobre de Oliveira, Técnica Superior da DMF/DA/CCM

5. Designar Maria de Fátima Agostinho Rodrigues Guedes da Silva “responsável pelo procedimento” na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública “acinGov” e seu suplente Maria de Fátima Silva Ferreira Almeida, enquanto representante da “entidade competente para decisão de contratar”;

6. Delegar, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º, no Júri do Procedimento, as seguintes competências:

- i) Prestar esclarecimentos, nos termos do artigo 50.º do CCP;
- ii) Proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, ao abrigo do artigo 50.º do CCP;
- iii) Pronunciar-se sobre os erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelos interessados, de acordo com o artigo 61.º do CCP;
- iv) Prorrogar o prazo fixado para a apresentação das propostas, conforme n.º 5 do artigo 64.º, artigo 66.º e n.º 6 do artigo 133.º, todos do CCP;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador João Paulo Saraiva

- v) Classificar documentos da proposta, ao abrigo do artigo 66.º do CCP;
- vi) Notificar os interessados das decisões da entidade adjudicante que apreciem questões que decorram no procedimento, anteriores ao relatório final, nos termos do artigo 467.º do CCP.

7. Submeter à Assembleia Municipal de Lisboa a autorização prévia da repartição de encargos para os anos económicos de 2016, 2017 e 2018, nos termos melhor explanados no quadro infra, em cumprimento do disposto nos n.ºs 1, 2 e 6, do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea dd) e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, artigo 24.º e n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como autorização para que, sem ultrapassar o montante global indicado nem o ano do termo dos contratos, se possam fazer ajustamentos aos valores anuais previstos em função dos serviços efetivamente prestados, e ainda autorização prévia para consequentes e futuras assunções de compromissos plurianuais, em relação aos mesmos anos económicos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, relativamente ao presente procedimento, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.

DESPESA ESTIMADA

ANO	S/IVA	IVA 23%	TOTAL
2016 (1 a 31 de dezembro)	232.890,96 €	53.564,92 €	286.455,88 €
2017 (1 de janeiro a 31 de dezembro)	2.794.691,50 €	642.779,05 €	3.437.470,55 €
2018 (1 de janeiro a 30 de novembro)	2.561.800,54 €	589.214,12 €	3.151.014,66 €
Total	5.589.383,00 €	1.285.558,09 €	6.874.941,09 €

Paços do Concelho, em 6 de outubro de 2016.

O Vereador

(João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

DACM
Prop. n.º 527/2016
Fls. _____

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA EDIFÍCIOS, INSTALAÇÕES
E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE LISBOA, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA CELEBRADO PELA ENTIDADE DE
SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I.P. (ESPAP)**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA (POR LOTES), AO
ABRIGO DO ACORDO QUADRO AQ - HL - 2015 PARA A PRESTAÇÃO DE
HIGIENE E LIMPEZA CELEBRADO PELA ESPAP NO ÂMBITO DO LOTE
11 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A
REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO**

PROCESSO N.º /PAQ/DA/CCM/2016

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

O Município de Lisboa, através do Departamento de Aprovisionamentos, Central de Compras Municipal, vem, por este meio, convidar a V. empresa a apresentar proposta para a prestação de serviços de higiene e limpeza para o Município de Lisboa (por lotes), ao abrigo do acordo quadro AQ – HL – 2015 para a Prestação de Serviços de Higiene e Limpeza celebrado pela ESPAP no âmbito do lote 11 – Serviço Higiene e Limpeza na Região de Lisboa e Vale do Tejo, nos termos do disposto no artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28/03, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12/07, e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 outubro (doravante designado por CCP), nos termos constantes do presente Convite e condições definidas no Caderno de Encargos, e respetivos Anexos, informando o seguinte:

I. OBJETO DO PROCEDIMENTO

1. Aquisição de serviços de higiene e limpeza para instalações do Município de Lisboa (por lotes), ao abrigo do Acordo Quadro AQ-HL-2015 para a Prestação de Serviços de Higiene e Limpeza, celebrado pela ESPAP no âmbito do Lote 11 – Prestação do serviço de higiene e limpeza para a Região de Lisboa e Vale do Tejo.
- 2 - O contrato a celebrar compreende 14 (catorze) lotes, sendo admitidas propostas para a totalidade dos lotes ou para cada um deles.
- 3 – Não são admitidas propostas, em cada lote, relativas apenas a parte da prestação.
- 4 – Os lotes 1 a 13 compreendem um total de 137 (cento e trinta e sete) edifícios/instalações do Município de Lisboa, sendo o lote 14 *Banco de Horas*.

II – ENTIDADE ADJUDICANTE

- 1 - A entidade adjudicante é o Município de Lisboa, através da Direção Municipal de Finanças – Departamento de Aprovisionamentos – Divisão de Gestão de Contratos Especiais, sita no Campo Grande, 25 – 9.º A, 1749-099 Lisboa, com o endereço



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

eletrónico dmf.da.dgce@cm-lisboa.pt, telefone n.º 217 988 183, sendo o ajuste direto realizado através da Central de Compras Municipal, sita no mesmo local, com o endereço eletrónico dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt

2 - O presente procedimento processa-se, integralmente, através da plataforma eletrónica de contratação pública «Acingov», com o seguinte endereço eletrónico: <http://www.acingov.pt>

3 - Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma “acinGov” apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, que sejam imputáveis ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma.

III – DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pela Câmara Municipal de Lisboa, através da Proposta n.º ---/2016, aprovada em reunião de --/--/2016 documento que foi submetido à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação da repartição de encargos, que ocorreu em --/--/2016, em cumprimento do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do n.º 1, do artigo 36.º do CCP.

IV – PROCEDIMENTO DE AQUISIÇÃO

O presente convite é efetuado nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), ao abrigo do Acordo Quadro para a Prestação de Serviços de Higiene e Limpeza, celebrado pela ESPAP, aplicando-se-lhe, em tudo o que não estiver especialmente regulado, as disposições do caderno de encargos do Acordo Quadro referido.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

V - CONSULTA DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. O Convite, o Caderno de Encargos, bem como os respetivos anexos encontram-se patentes na identificada plataforma eletrónica desde a data da notificação do convite até ao termo do prazo para apresentação das propostas.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o download das peças procedimentais.

VI - ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças procedimentais são da competência do Júri nomeado para o presente procedimento pré-contratual.
2. Os interessados podem solicitar esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, através da plataforma eletrónica “acinGov”, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos referidos no presente número serão disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta.
4. Os esclarecimentos referidos no presente número fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

VII - ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS

1. Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, as entidades convidadas devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

2. A apresentação da lista referida no número anterior, por qualquer entidade convidada, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no n.º 4 do presente ponto ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.
3. A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais 60 dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou no caso previsto no número anterior, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.
5. Os erros e as omissões aceites nos termos do número anterior, determina a identificação, pelo órgão competente para a decisão de contratar, dos termos do suprimento daqueles.
6. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelas entidades convidadas, bem como as decisões previstas nos n.ºs 3 a 5 do presente ponto, são publicitadas na plataforma eletrónica «acinGov», pela entidade adjudicante e juntas às peças procedimentais, devendo todas as entidades convidadas ser imediatamente notificadas daquele facto.

VIII – VISITA ÀS INSTALAÇÕES

1. Os interessados poderão visitar as instalações de forma a inteirarem-se localmente das condições dos serviços a prestar, de acordo com o Plano de Visitas aos edifícios/instalações municipais constante do Anexo VII ao presente Convite, com vista a permitir que quaisquer pedidos de esclarecimentos formulados pelos interessados, incluam eventuais dúvidas decorrentes das visitas, não sendo posteriormente admitidas reclamações motivadas por esse desconhecimento.
2. Para poder realizar as visitas aos edifícios/instalações municipais, os representantes dos concorrentes deverão possuir poderes representativos para o efeito, através da



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

apresentação da respetiva credencial, que deverá ser apresentada sempre que solicitada pelos serviços da entidade adjudicante.

IX - CONVIDADOS

Todos os Cocontratantes do Acordo Quadro para a prestação de serviços de higiene e limpeza celebrado pela ESPAP no âmbito do lote 11 – Prestação do serviço de higiene e limpeza na Região de Lisboa e Vale do Tejo (integrado no Grupo 2: Prestação do serviço de higiene e limpeza de âmbito regional e Nacional).

X – PROPOSTA E SEUS ELEMENTOS

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente Convite, Caderno de Encargos e demais documentação anexa.
3. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes legais.

XI – MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. As propostas e os documentos que as constituem são apresentados através da plataforma eletrónica “acinGov” até ao termo do prazo fixado no presente Convite.
2. As propostas, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica “acinGov”, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura electrónica próprios ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato “ZIP” ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da lei a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do artigo 146.º do CCP.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

5. Para efeitos de aferição dos poderes de representação que não resultem do certificado de assinatura eletrónica qualificada, os concorrentes inscritos em conservatória do registo comercial devem apresentar a certidão do registo comercial. A entrega do código de acesso à certidão permanente equivale, para todos os efeitos, à entrega de uma certidão do registo comercial.

6. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação ou a de cada membro do agrupamento concorrente, bem como, preencher o formulário principal.

7. Os requisitos a respeitar pelos Concorrentes para os títulos dos ficheiros das propostas são os seguintes: Devem incluir a referência à alínea predefinida no ponto XII infra deste Convite relativa ao documento a que respeita, nos termos definidos no anexo II à Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

8. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o candidato pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documento deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

9. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública “AcinGov” pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

10. O preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.

11. Todos os preços/valores/custos apresentados, parciais ou totais, serão expressos em euros, com uma aproximação de duas casas decimais e arredondadas para mais quando o valor da terceira casa decimal seja igual ou superior a 5, mantendo-se o valor da segunda casa decimal no caso contrário, por extenso e algarismos, não incluindo o IVA.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

12- Para efeitos de cálculo dos preços o concorrente deve considerar os planos de limpeza, os horários e as áreas a limpar, conforme apresentado no Anexo II do Caderno de Encargos (Planos de Limpeza).

13- Para os edifícios/instalações com horários pré-definidos devem ser alocadas equipas para os respetivos horários, de acordo com o estipulado nos Planos de Limpeza.

14- Para cada um dos edifícios/instalações, os concorrentes terão de contemplar nas suas propostas o número de trabalhadores com que se propõem assegurar o cumprimento da prestação de serviços, sendo que o número mínimo de trabalhadores referidos pela entidade adjudicante é meramente indicativo.

15- No caso dos *Bancos de Horas* constantes do lote 14 (catorze), bem como das horas dos lotes 2 (dois), 3 (três), 4 (quatro), 5 (cinco), 6 (seis), 9 (nove), 10 (dez), 11 (onze), 12 (doze) e 13 (treze) o concorrente indicará o preço total que corresponderá ao somatório de todas as horas indicadas, sendo que o valor hora a aplicar será a correspondente a uma hora na tipologia de limpeza não programada – trabalhador de limpeza – diurno, fins de semana ou feriados. O preço deverá incluir todos os custos inerentes à prestação do serviço, designadamente, produtos de limpeza, meios e equipamentos necessários à execução adequada das tarefas de limpeza.

16. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

17. A proposta e os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

XII – DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP o qual se anexa neste convite também como Anexo I.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

- b) Preços unitários – Anexo V ao Convite, o qual se disponibiliza em formato Excel, devendo ser apresentado na proposta também nesse formato, e integralmente preenchido nos campos editáveis para o efeito.
- c) Notas Justificativas do Preço de acordo com o lote a que concorre, elaboradas em conformidade com os modelos constantes do Anexo II ao presente Convite, as quais se disponibilizam em formato Excel, devendo ser apresentados na proposta também nesse formato, e integralmente preenchidas nos campos editáveis para o efeito;
- d) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando aplicável;
- e) Proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo VI ao presente Convite (Minuta da Proposta).

XIII – PROPOSTAS VARIANTES

Não é admissível a apresentação de propostas variantes, ou de propostas que alterem o disposto nas peças do procedimento.

XIV – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados diretamente pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica “Acingov”, até à data e hora indicadas na plataforma eletrónica.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. A data limite fixada no n.º 1 do presente artigo pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o presente Convite, o Caderno de Encargos ou os esclarecimentos solicitados não puderem ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
4. A prorrogação do prazo prevista no número anterior beneficia todos os interessados.
5. As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade adjudicante. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo inicialmente fixado.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

XV - PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

É de 66 (sessenta e seis) dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas.

XVI - ABERTURA DE PROPOSTAS

1. O Júri, às 10h00 horas do dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.
2. Mediante a atribuição de um registo (login) e de uma palavra-chave (password) aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas não se encontre a proposta do reclamante o Júri do Procedimento fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no nos números 1 e 2 do presente ponto.

XVII - ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS

1. O júri do procedimento poderá solicitar aos convidados esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas, a apresentar na plataforma eletrónica de contratação pública.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos convidados fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública “acinGov”, devendo todos os convidados ser imediatamente notificados desse facto.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

XVIII - RELATÓRIO PRELIMINAR, AUDIÊNCIA PRÉVIA E RELATÓRIO FINAL

1. O Júri elabora um relatório preliminar fundamentado sobre o mérito das propostas, ordenando-as classificativamente de acordo com o critério de adjudicação referido no ponto XXI infra.
2. No relatório mencionado no ponto anterior, se for o caso, o Júri fundamenta as razões porque propõe a exclusão de qualquer proposta, pelos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP, com as necessárias adaptações.
3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72º do CCP.
4. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica “acinGov”, para se pronunciarem no prazo de cinco dias úteis.
5. Exercido o direito de audiência prévia referido no ponto anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o Júri elabora relatório final fundamentado no qual pondera as observações formuladas pelos concorrentes, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
6. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos n.º 4 supra, restrita aos concorrentes interessados, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
7. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de ajuste direto, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

XIX – CAUÇÃO

1. O valor da caução será de 5% do preço contratual.
2. Não será exigível a caução se o preço contratual for inferior a €200.000,00.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

3. O adjudicatário deverá prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação.
4. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução.
5. O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem do Município de Lisboa, devendo ser especificado o fim a que se destina, nos termos do modelo junto a este Convite como Anexo III.
6. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três anos, a média de cotação da bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.
7. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento, nos termos do modelo junto a este Convite como Anexo IV, pelo qual a instituição bancária legalmente autorizada assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pelo Município de Lisboa em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.
8. Tratando-se de seguro-caução deve apresentar uma apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato o pagamento de quaisquer importâncias exigidas pelo Município de Lisboa, em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita, igualmente nos termos do modelo junto a este Convite como Anexo IV.
9. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias do Município de Lisboa, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas de caução.
10. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

11. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nas cláusulas anteriores, a caução que lhe seja exigida.

12. No caso previsto no número anterior, a entidade adjudicante adjudicará a proposta ordenada em lugar subsequente.

XX – NEGOCIAÇÃO / LEILÃO ELETRÓNICO

Não haverá lugar a negociação ou leilão eletrónico.

XXI – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

1 - A adjudicação será feita segundo o critério do mais baixo preço global da proposta para os dois anos, por cada lote.

2 - Em caso de empate segue-se o critério de desempate constante do artigo 21.º, n. 2 alínea a) do Caderno de Encargos do Acordo Quadro, de acordo com o seguinte:

2.1 O desempate será efetuado com benefício para a proposta que apresente o mais baixo preço global do lote na componente de Tipologia de Limpeza - Programada Regular – Trabalhador de Limpeza – Diurno Dias Úteis (€/hora/homem);

2.2 Se o empate persistir depois de aplicado o critério previsto no número 2.1 anterior o desempate será efetuado com benefício para a proposta que apresente o mais baixo preço global do lote na componente de Tipologia de Limpeza - Programada Regular – Trabalhador de Limpeza – Diurno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem);

2.3 Se o empate persistir depois de aplicado o critério previsto no número 2.2 anterior o desempate será efetuado com benefício para a proposta que apresente o mais baixo preço global do lote na componente de serviço Tipologia de Limpeza - Programada Profunda – Trabalhador de Limpeza – Diurno Dias Úteis (€/hora/homem);

2.4 Se o empate persistir depois de aplicado o critério previsto no número 2.3 o desempate será efetuado com benefício para a proposta que apresente o mais baixo preço global na componente de Tipologia de Limpeza - Programada Regular – Trabalhador de Limpeza – Noturno Dias Úteis (€/hora/homem).



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

XXII – PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

Para efeitos do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja 50% ou mais inferior ao preço base indicado no artigo 11.ª do Caderno de Encargos, para o valor máximo total e o valor máximo de cada um dos lotes.

XXIII – ADJUDICAÇÃO

1. Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.
2. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas;
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos no ponto seguinte.

XXIV – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
 - a)- Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - b)- Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - c)- Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

d)- Certificado de inscrição em lista oficial de fornecedores que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar ou, no caso de não estar inscrito, certificado de inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, com todas as inscrições em vigor;

e)- Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.

f)- Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo VIII ao presente Convite e do qual faz parte integrante.

2. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 2 (dois) dias úteis destinado ao seu suprimento.

3. Os documentos de habilitação são obrigatoriamente redigidos na língua portuguesa.

4. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve a entidade adjudicatária fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada;

5. Todos os documentos de habilitação referidos na presente cláusula devem ser apresentados através da plataforma eletrónica “acinGov”.

6. No caso de a plataforma eletrónica “acinGov” se encontrar indisponível, e apenas nesta situação, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 83.º do CCP, os documentos de habilitação devem ser enviados, para o seguinte endereço eletrónico dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt com exclusão de qualquer outro.

7. Quando os documentos a que se referem os números que antecedem, se encontrarem disponíveis na Internet, pode o adjudicatário em substituição do modo de apresentação previsto no número 5 indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que o referido sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

XXV – OUTORGA DO CONTRATO

1 - Da adjudicação que venha a ser feita pela entidade adjudicante será reduzido a escrito contrato, e o mesmo será celebrado em data conveniente para as partes no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a aceitação da minuta pelo adjudicatário, correndo por conta da entidade adjudicatária todos os encargos, despesas e impostos inerentes.

2 - O Município de Lisboa, comunicará à entidade adjudicatária, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, hora e local em que se celebra o contrato.

XXVI – DESPESAS E ENCARGOS

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato e prestação de caução constituem encargo dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

XXVII – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite, aplica-se, subsidiariamente, as disposições constantes do Acordo Quadro identificado no presente procedimento e o Código de Contratos Públicos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro]

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a).....

b).....

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional ⁽⁴⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional ⁽⁵⁾] ⁽⁶⁾;

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁷⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁸⁾] ⁽⁹⁾;

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁰⁾;

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹¹⁾;

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código;

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho ⁽¹³⁾;

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁴⁾;

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes ⁽¹⁵⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes ⁽¹⁶⁾] ⁽¹⁷⁾:

i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recai e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ...(data), ... [assinatura ⁽¹⁸⁾]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

(7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

(10) Declarar consoante a situação.

(11) Declarar consoante a situação.

(12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(14) Declarar consoante a situação.

(15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

(18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS

DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

Anexo II

Notas Justificativas do Preço

- As notas justificativas do preço de cada lote/conjunto de instalações ou espaços, constam de ficheiros disponibilizados em formato Excel na plataforma eletrónica.
- As notas justificativas deverão ser integralmente preenchidas com indicação de todos os custos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

ANEXO III

Modelo de guia de depósito bancário

Euros..... €

Vai(nome do Adjudicatário), residente (ou com escritório) em
na depositar na(sede, filial, agência ou delegação) da
(instituição) a quantia de (por extenso) (em dinheiro ou representada
por) como depósito-caução exigido pela sua qualidade de
Adjudicatário do Ajuste direto para formação de contratos a celebrar ao abrigo do Acordo
Quadro da ESPAP (AQ-HL-2015) para a “ *prestação de higiene e limpeza do Município
de Lisboa*”, de harmonia com o disposto no Convite à apresentação de propostas e a
notificação da adjudicação, ofício n.º datado dede de
20....

Este depósito, sem reservas, fica à ordem do Município de Lisboa, a quem deve ser
remetido o respetivo conhecimento.

Data

Assinatura



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS
ANEXO IV

Modelo de Garantia bancária/Seguro-caução

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

O Banco _____ com sede em _____
_____, pessoa coletiva n.º _____,
matriculada na Conservatória de Registo Comercial de _____, com
o capital social de _____ € (_____ euros), presta a favor da
Câmara Municipal de Lisboa (CML), garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor
de _____ € (_____ euros), destinada a garantir o bom e integral
cumprimento das obrigações que a _____, assume por
força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela a Câmara Municipal
de Lisboa (CML) vai outorgar e que tem por objeto o fornecimento
_____, regulado nos termos da legislação em vigor.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de
Lisboa (CML) sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa
invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou
com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que
_____, assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o
pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada
pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida
assumida por este.

O presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser
denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação
aplicável.

Lisboa, de de 201....

Observação: Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, etc.
devem ser reconhecidas na qualidade em exercício.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

MODELO DE SEGURO – CAUÇÃO

A Companhia de Seguros, com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de, com o capital social de (.....euros), presta a favor da Câmara Municipal de Lisboa (CML), seguro caução autónomo, à primeira solicitação, no valor de(...euros), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a, assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa (CML) vai outorgar e que tem por objeto o fornecimento, regulado nos termos da legislação em vigor.

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que, assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por esta.

O presente seguro caução autónomo não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, de de 201....

Observação: Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

Anexo V

Preços Unitários

Tipologia de Limpeza	Proposta Preço Unitário
Programada Regular	
Trabalhador Limpeza - Diurno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Trabalhador Limpeza - Diurno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Trabalhador Limpeza - Noturno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Trabalhador Limpeza - Noturno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Lavador de Vidros - Diurno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Lavador de Vidros - Diurno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Lavador de Vidros - Noturno dias Úteis (€/hora/homem)	€
Lavador de Vidros - Noturno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Encarregado - Diurno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Encarregado - Diurno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Encarregado - Noturno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Encarregado- Noturno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Supervisor - Diurno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Supervisor - Diurno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Supervisor - Noturno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Supervisor - Noturno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Programada profunda	
Trabalhador Limpeza - Diurno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Trabalhador Limpeza - Diurno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Trabalhador Limpeza - Noturno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Trabalhador Limpeza - Noturno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Lavador de Vidros - Diurno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Lavador de Vidros - Diurno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Lavador de Vidros - Noturno dias Úteis (€/hora/homem)	€
Lavador de Vidros - Noturno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Encarregado - Diurno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Encarregado - Diurno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Encarregado - Noturno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Encarregado- Noturno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Supervisor - Diurno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Supervisor - Diurno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Supervisor - Noturno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Supervisor - Noturno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS

DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

Não programada	
Trabalhador Limpeza - Diurno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Trabalhador Limpeza - Diurno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Trabalhador Limpeza - Noturno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Trabalhador Limpeza - Noturno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Lavador de Vidros - Diurno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Lavador de Vidros - Diurno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Lavador de Vidros - Noturno dias Úteis (€/hora/homem)	€
Lavador de Vidros - Noturno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Encarregado - Diurno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Encarregado - Diurno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Encarregado - Noturno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Encarregado - Noturno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Supervisor - Diurno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Supervisor - Diurno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Supervisor - Noturno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Supervisor - Noturno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Permanente	
Piquete - Diurno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Piquete - Diurno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€
Piquete - Noturno Dias Úteis (€/hora/homem)	€
Piquete - Noturno Fins de Semana ou Feriados (€/hora/homem)	€



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

Anexo VI

Minuta da Proposta

(denominação social da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento por ajuste direto para a *"Aquisição de prestação de serviços de higiene e limpeza (por lotes), ao abrigo do acordo quadro AQ-HL-2015 para a prestação de serviços de higiene e limpeza celebrado pela ESPAP, no âmbito do lote 11 – Prestação do serviço de higiene e limpeza para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, para as instalações do Município de Lisboa"*, obriga-se a executar a Prestação de Serviços nos edifícios que constituem os Lotes _____ [identificar os lotes a que concorre, v.g. 1, 2, 3, 4 ...] em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos, nas seguintes condições de preço:

Lote	Preço para 24 meses	
	Numerário	Extenso
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

Somatório do preço dos Lotes a que concorre	Preço para 24 meses	
	Numerário	Extenso

À quantia supra acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor.

Esta proposta é válida por 66 dias a contar da data limite para a sua entrega.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

Anexo VII
Plano de Visitas

N.º Edifício	Edifício	Morada	Dias	Horas



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

Anexo VIII

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão de obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS

DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(8) Declarar consoante a situação.

(9) A opção da indicação do sítio da internet que permite a consulta de dados, apenas poderá ser utilizada se o sítio e os documentos estiverem redigidos em língua portuguesa.

(10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(11) Nos termos do disposto nos n. os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

DACM
Prop. n.º 527/2016
Fls. _____

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA EDIFÍCIOS, INSTALAÇÕES
E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE LISBOA, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA CELEBRADO PELA ENTIDADE DE
SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I.P. (ESPAP)**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA (POR LOTES), AO
ABRIGO DO ACORDO QUADRO AQ - HL - 2015 PARA A PRESTAÇÃO DE
HIGIENE E LIMPEZA CELEBRADO PELA ESPAP NO ÂMBITO DO LOTE
11 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A
REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO**

PROCESSO N.º / PAQ/DA/CCM/2016

CADERNO DE ENCARGOS



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

Artigo 1.º

Objeto

- 1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de prestação de serviços de higiene e limpeza para as instalações do Município de Lisboa identificadas e nos termos e condições constantes no Anexo I – Lista de Instalações, deste Caderno de Encargos, ao abrigo do Acordo Quadro AQ-HL-2015 para a Prestação de Serviços de Higiene e Limpeza, celebrado pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP) no âmbito do Lote 11 – Prestação do Serviço de Higiene e Limpeza para a Região de Lisboa e Vale do Tejo.
- 2 - O contrato a celebrar compreende 14 (catorze) lotes, com os preços base definidos no artigo 11º deste Caderno de Encargos.
- 3 – Os lotes 1 a 13 compreendem um total de 137 (cento e trinta e sete) edifícios/instalações do Município de Lisboa, sendo o lote 14 *Banco de Horas*.

Artigo 2.º

Definições

Para efeitos do presente Caderno de Encargos, apresentam-se ou adotam-se as seguintes definições:

CCP – Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02 de outubro;

Contrato – Contrato a celebrar entre as entidades adjudicantes e a entidade adjudicatária nos termos do presente caderno de encargos;

ESPAP – Entidade criada pelo Decreto-Lei n.º 117-A/2012 de 14 de junho, e que sucede à Agência Nacional de Compras Públicas, EPE (ANCP) nas suas atribuições e competências;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

Acordo Quadro – Acordo Quadro para a prestação de serviços de vigilância e segurança, ao abrigo do qual se disciplina o presente procedimento pré-contratual e a relação contratual dele resultante;

Órgão competente para a decisão de contratar – Câmara Municipal de Lisboa;

Contraente Público – Município de Lisboa;

Adjudicatário – Entidade convidada a quem se adjudica a execução do contrato.

Artigo 3.º

Forma e documentos contratuais

- 1- O contrato será reduzido a escrito conforme decorre do caderno de encargos do acordo quadro respetivo.
- 2- Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
 - a) Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3- Além dos documentos indicados no número anterior, faz parte integrante do contrato o caderno de encargos do Acordo Quadro.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
- 5- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

Artigo 4.º

Duração do contrato

- 1 - O contrato terá um período de vigência de 2 (dois) anos, com início de produção de efeitos a 1 de dezembro de 2016 e termo a 30 de novembro de 2018.
- 2- Sem prejuízo do período de vigência e data de início de produção de efeitos do contrato mencionado no número anterior, os serviços de higiene e limpeza a prestar ao Município de Lisboa apenas se iniciarão em cada edifício, na data indicada no Anexo I ao presente Caderno de Encargos.
- 3- Os serviços de higiene e limpeza terminam em todas as instalações no dia 30 de novembro de 2018.

Artigo 5.º

Obrigações do adjudicatário

- 1 - O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
- 2 – Constituem, ainda, obrigações do adjudicatário:
 - a) Cumprir com as especificações técnicas, os requisitos mínimos e os níveis de serviço estabelecidos nos artigos 25.º n.º 2 e 26.º n.º 2 do Caderno de Encargos do Acordo Quadro AQ-HL-2015;
 - b) Prestar os serviços ao contraente público, conforme as características técnicas e requisitos mínimos constantes do caderno de encargos do Acordo Quadro e com as especificações do presente caderno de encargos;
 - c) O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
 - d) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, ao contraente público, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com o contraente público;

e) Não alterar as condições da prestação dos serviços fora dos casos previstos no caderno de encargos do Acordo Quadro com as especificações do presente caderno de encargos;

f) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do contraente público;

g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

h) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;

i) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

j) Respeitar, no que seja aplicável à prestação de serviços a realizar e não esteja em oposição com os documentos do contrato, a legislação em vigor, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções dos fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.

3 - Fica ainda a cargo do adjudicatário a mobilização dos recursos necessários à boa execução dos serviços, devendo o montante do contrato incluir, nomeadamente:

a) O pagamento de salários;

b) O pagamento de férias, subsídios de férias e de natal;

c) Os encargos sociais com o pessoal;

d) Os seguros de trabalho e de responsabilidade civil;

e) O fardamento;

f) Os equipamentos, materiais e produtos de limpeza;

g) A boa manutenção dos equipamentos de limpeza utilizados;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS**

h) O transporte de meios humanos e materiais dentro e fora das instalações da entidade adjudicante;

i) A substituição de pessoal durante períodos de ausência e férias.

4 - O adjudicatário será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos causados ao Município de Lisboa e a terceiros, que resultem das suas atividades exercidas no âmbito desta prestação de serviços.

Artigo 6.º

Meios disponibilizados pela entidade adjudicante

1 - A entidade adjudicante assegurará o fornecimento de água e energia elétrica para a iluminação das áreas a limpar e para o funcionamento das máquinas a utilizar.

2 – Serão colocadas à disposição do adjudicatário instalações para arrecadação e armazenamento de equipamento e produtos e, bem assim, para vestiário do pessoal, de acordo com as necessidades.

Artigo 7.º

Plano de limpezas

1 - O adjudicatário obriga-se a cumprir o Plano de Limpezas de cada edifício/instalação, devendo as ações previstas ser executadas de acordo com a periodicidade estabelecida no Anexo II e com os meios e recursos propostos pelo adjudicatário, atento o disposto neste Caderno de Encargos e respetivos anexos.

2 – Sempre que os meios e recursos propostos pelo adjudicatário se revelem insuficientes para o cumprimento do Plano de Limpezas, devem os mesmos (meios e recursos propostos pelo adjudicatário) ser imediata e cabalmente readaptados.

3 – As partes podem acordar ajustamentos aos Planos de Limpezas, sendo, no entanto, qualquer alteração norteadas pelos valores constantes no contrato base.

4 - É da responsabilidade do adjudicatário a reposição dos seguintes produtos, que serão previamente fornecidos pelo Município de Lisboa:

a) Sabonete líquido;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

- b) Toalhetes;
- c) Papel higiénico.

Artigo 8.º

Normas de segurança

- 1 - O adjudicatário obriga-se a cumprir e fazer cumprir pelos seus trabalhadores, colaboradores ou representantes as normas e regulamentos de segurança no trabalho, de acordo com a legislação em vigor.
- 2 - O adjudicatário obriga-se a cumprir todas as normas em vigor para o edifício/instalação onde prestará os serviços de limpeza.
- 3 - O adjudicatário obriga-se a utilizar produtos de limpeza adequados às características das superfícies e materiais a limpar, e de cuja aplicação não decorra toxicidade ou outros prejuízos, de forma a garantir as condições de saúde dos utilizadores dos espaços a limpar.

Artigo 9.º

Características genéricas da prestação de serviços

1. Do pessoal

Ao pessoal afeto à presente prestação de serviços é exigido durante o período de desempenho das suas funções:

- Boa apresentação;
- Interesse e aplicação;
- Honestidade;
- Amabilidade;
- Capacidade de aprendizagem de manuseamento dos equipamentos;
- Não ter comportamentos que prejudiquem o bom desempenho da tarefa, nem o normal funcionamento dos serviços municipais.

2. Da empresa



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

O adjudicatário obriga-se a:

- Equipar o pessoal de forma adequada à execução do serviço a prestar, e fornecer os produtos, meios diversos e equipamentos necessários à execução das tarefas;
- Inspeccionar e supervisionar o trabalho do pessoal afeto à prestação de serviços;
- Respeitar e fazer respeitar as normas de funcionamento estipuladas;
- Garantir a estabilidade dos trabalhadores de limpeza nos respetivos postos de trabalho, só sendo substituídos por motivo de férias, doença ou por razões de força maior, com conhecimento prévio do Município de Lisboa;
- Garantir a sobreposição para os casos de substituição previstos antecipadamente;
- Assegurar a substituição de trabalhadores de limpeza que faltem inesperadamente por outros com conhecimento das funções específicas do respetivo posto trabalho;
- Executar controlo efetivo sobre o pessoal em serviço;
- Criar “mecanismos de comunicação” que permitam dar conhecimento, em tempo oportuno, do controle efetuado, referido no parágrafo anterior;
- Dar conhecimento prévio ao Município de Lisboa da ficha ou folha de identificação completa de todo o pessoal que passará a prestar serviço contratado e manter permanentemente atualizadas essas fichas;
- Dar conhecimento prévio ao Município de Lisboa das escalas de serviço dos trabalhadores de limpeza;
- Comunicar, de imediato, ao Município de Lisboa, qualquer ocorrência.

3. Dos horários e refeições

Os horários pré-definidos deverão ser rigorosamente observados, competindo ao adjudicatário assegurar a continuidade dos serviços, por substituição dos empregados, nomeadamente, durante os períodos de refeição de elementos do serviço diário de piquete.

4. Das substituições



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS**

Na falta de qualquer dos trabalhadores afetos à prestação de serviços, o adjudicatário deverá proceder de imediato à sua substituição, avisando desse facto a entidade contratante.

O adjudicatário deverá, também, garantir as boas condições de manutenção e exploração de todo o seu equipamento e acessórios, a comprovar sempre que solicitado.

Artigo 10.º

Recursos humanos afetos à prestação de serviços

1. Seguros

Todo o pessoal colocado ao serviço pelo adjudicatário deverá estar seguro quanto a acidentes de trabalho, sendo obrigatório a entrega do respetivo comprovativo, lista de pessoal, funções que desempenham e respetiva apólice justificativa, com cópia da regularização dos prémios correspondentes.

Sempre que exista alteração no pessoal os respetivos documentos deverão ser apresentados ao Município de Lisboa.

2. Encargos Sociais

Todo o pessoal sob a responsabilidade do adjudicatário deverá estar obrigatoriamente coberto pela Segurança Social, tendo aquele de disponibilizar ao Município de Lisboa a cópia do mapa mensal comprovativo de tal procedimento, sempre que solicitado.

3. Formação

A todo o pessoal colocado ao serviço deverá o adjudicatário dar a adequada preparação.

4. Sanidade

A entidade pública contratante poderá, sempre que considere justificado, solicitar declarações médicas que atestem o bom estado de saúde do pessoal ao serviço do adjudicatário ou proceder às inspeções médicas a realizar pelos seus serviços.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS**

Competirá ao adjudicatário garantir a atualidade e validade dos Boletins de Saúde dos respetivos trabalhadores/colaboradores.

5. Fardamento

É obrigatório o uso de farda.

6. Histórico criminal

Deverá o adjudicatário apresentar obrigatoriamente e sempre que solicitado, o certificado de registo criminal do pessoal que tenha ao serviço nas instalações do Município de Lisboa, sem prejuízo das responsabilidades que lhe competem. Este procedimento deverá repetir-se sempre que um novo elemento passe a integrar a equipa.

7. Disciplina

Cabe ao adjudicatário toda a responsabilidade sobre a disciplina do pessoal ao seu serviço, podendo o Município de Lisboa instaurar inquéritos para apuramento de responsabilidades, quando da ocorrência de incidentes que o justifiquem, tomando em seguida as medidas que entender como aconselháveis.

Poderá exigir relatórios do adjudicatário quando tenha conhecimento de incidentes entre o pessoal ao seu serviço.

Artigo 11.º

Banco de Horas

1 - As horas de serviços de limpeza contratadas no âmbito do item 01 do lote 14 podem ser utilizadas em qualquer edifício/instalação ou evento municipal, incluído, ou não, nos lotes 1 a 13.

2 – As horas de serviços de limpeza contratadas no âmbito item 02 do lote 14 podem ser utilizadas em qualquer Jardim-de-Infância ou Escola do Ensino Básico situados no Município de Lisboa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS**

3 - As horas serão utilizadas mediante solicitação escrita do Departamento de Aprovisionamentos, expedida, através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, com a antecedência mínima de 48 horas relativamente ao início da prestação do serviço.

4 - Da referida solicitação constará o plano de limpeza a desenvolver, bem como, o número de horas e técnicas de limpeza necessárias.

Artigo 12.º

Obrigações do contraente público

Para além das demais obrigações que decorram do presente caderno de encargos e do caderno de encargos do Acordo Quadro, constituem obrigações do contraente público:

a) Pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pelo adjudicatário.

Artigo 13.º

Patentes, licenças e marcas registadas

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

Artigo 14.º

Alterações ao contrato

1 - Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por todos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

2 - A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;

3 - O contrato pode ser alterado por:

- a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
- b) Decisão judicial ou arbitral;
- c) Razões de interesse público.

4 - A alteração do contrato não pode conduzir a modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

Artigo 15.º

Cessão da posição contratual

- 1 - Não é permitida a cessão da posição contratual sem autorização prévia, por escrito, da entidade adjudicante, e nos termos do CCP.
- 2 - A cessão da posição contratual obedece ao disposto nos artigos 317.º a 319.º do CCP.

Artigo 16.º

Subcontratação

- 1 - Não é permitida a subcontratação sem autorização prévia, por escrito, da entidade adjudicante, nos termos do CCP.
- 2 - A subcontratação obedece ao disposto nos artigos 317.º a 319.º do CCP.
- 3 - Em caso de subcontratação, o adjudicatário mantém-se plenamente responsável pela prestação dos serviços objeto do contrato.

Artigo 17.º

Preço base

1- O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do presente procedimento, para o total dos lotes é de: €5.589.383,00 (cinco milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, trezentos e oitenta e três euros), e para cada um dos lotes mencionados no Anexo I deste caderno, o preço máximo é o seguinte:

- a) Lote 1 – €456.584,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e oitenta e quatro euros) a que acresce IVA à taxa em vigor;
- b) Lote 2 - €189.810,00 (cento e oitenta e nove mil, oitocentos e dez euros), a que acresce IVA à taxa em vigor;
- c) Lote 3 – €507.011,00 (quinhentos e sete mil e onze euros) a que acresce IVA à taxa em vigor;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

- d) Lote 4 – €345.197,00 (trezentos e quarenta e cinco mil, cento e noventa e sete euros) a que acresce IVA à taxa em vigor;
- e) Lote 5 – €740.591,00 (setecentos e quarenta mil, quinhentos e noventa e um euros) a que acresce IVA à taxa em vigor;
- f) Lote 6 – €159.630,00 (cento e cinquenta e nove mil, seiscentos e trinta euros) a que acresce IVA à taxa em vigor;
- g) Lote 7 - €107.129,00 (cento e sete mil, cento e vinte e nove euros) a que acresce IVA à taxa em vigor.
- h) Lote 8 - €530.565,00 (quinhentos e trinta mil, quinhentos e sessenta e cinco euros) a que acresce IVA à taxa em vigor.
- i) Lote 9 - €426.646,00 (quatrocentos e vinte e seis mil, seiscentos e quarenta e seis euros) a que acresce IVA à taxa em vigor.
- j) Lote 10 - €776.404,00 (setecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e quatro euros) a que acresce IVA à taxa em vigor.
- k) Lote 11 - €430.166,00 (quatrocentos e trinta mil, cento e sessenta e seis euros) a que acresce IVA à taxa em vigor.
- l) Lote 12 - €614.501,00 (seiscentos e catorze mil, quinhentos e um euros) a que acresce IVA à taxa em vigor.
- m) Lote 13 - €221.219,00 (duzentos e vinte e um mil, duzentos e dezanove euros) a que acresce IVA à taxa em vigor.
- n) Lote 14 - €83.930,00 (oitenta e três mil, novecentos e trinta euros) a que acresce IVA à taxa em vigor.

2- A identificação e descrição dos lotes constam do Anexo I do Caderno de Encargos, para o qual se remete e que faz parte integrante do presente procedimento.

Artigo 18.º

Local de execução

1- Os serviços objeto do contrato serão prestados nos 137 (cento e trinta e sete) edifícios/instalações municipais identificados no Anexo I deste Caderno de Encargos.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS**

2- O Município de Lisboa reserva-se o direito de alterar o(s) local(is) da prestação de serviços em consequência de eventual(is) alteração(ões) nos seus serviços.

3- Para efeitos dos preços a vigorar no(s) local(is) de prestação de serviços decorrente(s) do número anterior, serão utilizados os valores indicados na(s) Nota(s) Justificativas (s) do Preço apresentada(s) pelo adjudicatário na sua proposta.

Artigo 19.º

Preço, Faturação e Condições de Pagamento

1 - A entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário o valor dos serviços respetivos correspondentes constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2 - A entidade adjudicante é responsável pelo integral pagamento dos serviços prestados pela entidade adjudicatária com referência aos serviços prestados nas instalações que são da sua inteira titularidade e que se mostram identificados no referido Anexo I, e que fazem parte integrante do presente Caderno de Encargos.

3 – O pagamento dos preços devidos pelos serviços prestados a cada entidade adjudicante, será efetuado mensalmente, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da boa receção da respetiva fatura nas instalações da entidade adjudicante, a qual só pode ser emitida, no início do mês seguinte àquele a que os serviços prestados dizem respeito.

4 – Pela prestação dos serviços ao abrigo das Horas dos Lotes 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12 e 13, bem como dos Bancos de Horas do Lote 14, o preço é pago na sequência da sua efetiva realização.

5 - Não serão efetuados quaisquer pagamentos antecipados relativamente à prestação dos serviços.

6 - Em caso de discordância, por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, esta comunicará à entidade adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando a entidade adjudicatária obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS

DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

7 - As faturas deverão ser enviadas para a Direção Municipal de Finanças – Departamento de Contabilidade, sito no Edifício Central do Município, Campo Grande n.º 25 – 8.º piso, bloco A, 1749-099 Lisboa e indicar:

- Câmara Municipal de Lisboa
- DMF-DC/DA-DGCE
- N.º do Contrato;
- N.º do Compromisso;
- N.º do Lote e mês a que respeita a Fatura;
- N.º do Pedido de Compra emitido pela CML.

Artigo 20.º

Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Artigo 21.º

Uso de sinais distintivos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam a outra sem o seu prévio consentimento escrito.

Artigo 22.º

Sanções

O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte do contraente público, nos termos previstos no artigo 24º do Caderno de Encargos do Acordo Quadro AQ-HL-2015.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

Artigo 23.º

Resolução sancionatória por incumprimento contratual

- 1 - O incumprimento contratual definitivo confere ao contraente público o direito à resolução do contrato, nos termos previstos no Acordo Quadro.
- 2 - A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções pecuniárias, nos termos do artigo anterior.

Artigo 24.º

Condição resolutiva

- 1 - O contrato é sujeito a condição resolutiva parcial, a qual operará no caso de encerramento de alguma (s) das instalações municipais identificadas no Anexo I, quer temporário quer definitivo, da(s) instalação(ões) em causa.
- 2 - Para efeitos do número anterior, entende-se que as obrigações contratuais cessam para ambas as partes exclusivamente no que respeita à(s) instalação(ões) que seja(m) objeto de encerramento, mantendo-se integralmente quanto às demais.
- 3 - A condição resolutiva parcial só produzirá efeitos depois de decorridos 15 dias contados a partir da sua notificação ao adjudicatário, por carta registada com aviso de receção, e não constitui a entidade adjudicante em qualquer dever de indemnização.
- 4 - No caso de requalificação que importe apenas o encerramento temporário de algum dos edifícios/instalações, o Município de Lisboa reserva-se no direito de proceder ao pagamento do respetivo preço, desde que pretenda utilizar os serviços contratados para aquele local em qualquer outro do mesmo lote, ou de outro lote contratado com o mesmo adjudicatário, em moldes a acordar, pontualmente, entre as partes. Caso não se pretenda utilizar os serviços contratados, durante o período de encerramento temporário de algum dos edifícios/ instalações remete-se para o exposto no n.º 1 e seguintes deste artigo.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS**

Artigo 25º

Deslocação de serviços

- 1- No caso de se verificar a deslocação de algum(ns) serviços das instalações municipais identificadas no presente Caderno de Encargos, o adjudicatário fica obrigado a assegurar os serviços contratados no novo local a designar pelo Município de Lisboa, não constituindo a entidade adjudicante em qualquer dever de indemnização.
- 2- Para efeitos do número anterior, entende-se por deslocação de serviços a continuidade dos mesmos noutra local, desde que nesse local não existam já serviços de higiene e limpeza.

Artigo 26º

Comunicações e notificações

- 1 - Em sede de execução contratual, todas as comunicações do contraente público dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.
- 2 - Em sede de execução contratual, todas as comunicações do adjudicatário dirigidas ao contraente público são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo contraente público.

Artigo 27.º

Legislação aplicável e foro competente

- 1 - A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos e no caderno de encargos do acordo quadro, observar-se-á o disposto na legislação nacional, nomeadamente o previsto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as subseqüentes alterações, e demais legislação complementar aplicável.
- 2 - Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ESPECIAIS

ANEXO II
PLANOS DE LIMPEZA

Vide ficheiro em formato Excel anexo.



ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram aprovados na Reunião de Câmara de 13 de outubro de 2016, as atas, os votos de pesar e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 126 e 127 das reuniões de Câmara de 27 de julho e 07 de setembro de 2016

(Aprovadas por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 26/2016 (Subscrito pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro

Aprovar o voto de pesar pelo falecimento de Shimon Peres, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 27/2016 (Subscrito pelo Sr. Vereador Jorge Máximo)

Aprovar o voto de pesar pelo falecimento de Mário Wilson, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)

Proposta n.º 510/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Aprovar a 20.ª Alteração Orçamental, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	10 (7PS e 3Ind.)	1 (CDS/PP)	5 (3PPD/PSD e 2PCP)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 527/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Autorizar a escolha do procedimento por ajuste direto para aquisição de Serviços de Limpeza para edifícios, instalações e eventos do Município de Lisboa, ao abrigo do Acordo Quadro de Higiene e Limpeza celebrado pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP), bem como aprovar as peças do procedimento, designar o júri e autorizar a despesa inerente, submetendo à Assembleia Municipal a respetiva repartição de encargos e assunção de compromisso plurianual, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

O Sr. Vereador Duarte Cordeiro não participou na discussão e votação desta proposta

Proposta n.º 528/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Aprovar as propostas contidas no Relatório Final, bem como proceder à adjudicação do procedimento por ajuste direto para aquisição de Serviços de Fornecimento de Energia Elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal a instalações do Município de Lisboa, ao abrigo do Acordo Quadro para seleção de fornecedores de energia elétrica em regime de mercado livre da Central de Compras Eletrónica da Área Metropolitana de Lisboa (CCE-AML), nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 529/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a Adjudicação da Empreitada n.º 31/DMPO/DIVPS/DIVPOA/15 - "Requalificação de Espaço Público da Alameda das Linhas de Torres" - Processo n.º 17/CP/DGES/ND/2015, a ratificação da composição do júri do procedimento, a ratificação das peças do procedimento, a ratificação da análise aos erros e omissões apresentados, a ratificação da prorrogação de prazo de apresentação de propostas, após erros e omissões, e, ainda, a nova assunção de compromisso plurianual, com a consequente repartição de encargos, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	11 (7PS, 2Ind. e 2PCP)	1 (CDS/PP)	3 (PPD/PSD)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

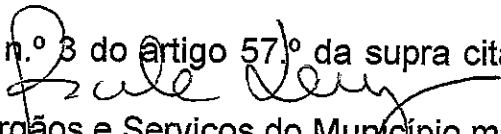
(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 551/2016

(Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

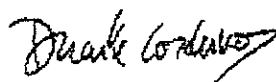
Aprovar a atribuição de apoio financeiro ao Centro de Apoio aos Sem-Abrigo, no âmbito do procedimento concursal relativo ao projeto do Núcleo de Apoio Local de Arroios para pessoas em situação de sem-abrigo, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu,  Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, 13 de outubro de 2016

O Vice-Presidente



Duarte Cordeiro

PROPOSTA 527/2016 - AUTORIZAR A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PARA EDIFÍCIOS, INSTALAÇÕES E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE LISBOA, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO DE HIGIENE E LIMPEZA CELEBRADO PELA ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I.P. (ESPAP), BEM COMO APROVAR AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO, DESIGNAR O JÚRI E AUTORIZAR A DESPESA INERENTE, SUBMETENDO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A RESPECTIVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente em exercício: - Ponto 19, Proposta 527/2016, não participarei na discussão nem na votação. Perguntar aos Srs. Vereadores se podemos votar? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado por unanimidade

Não participou na discussão e votação o Sr. Vereador Duarte Cordeiro.